

SULSOCIAL - ASSOCIAÇÃO

Relatório de gestão

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Índice

1	INTRODUÇÃO	3
2	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DA	4
2.1	A NÍVEL NACIONAL	4
2.2	A Nível do Setor	9
3	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	9
3.1	ESTRUTURA DE RENDIMENTOS	9
3.2	Estrutura de Gastos	9
3.3	PESSOAL	10
3.4	EBITDA e Resultado líquido do período	10
3.5	AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO	10
4	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	11
4.1	Posição financeira	11
4.2	Indicadores de Gestão	12
4.3	Rácios financeiros mais relevantes	12
4.4	Análise Económica	13
5	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	13
6	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA	13
7	COMPROMISSOS FINANCEIROS	15
7.1	Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos	15
8	OUTRAS INFORMAÇÕES / cumprimento de obrigações legais e regulamentares	
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	15

1

INTRODUÇÃO

A SULSOCIAL, iniciou a sua atividade operacional em Julho de 2015, com um acordo de cooperação com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, para 8 utentes no serviço de apoio domiciliário e capacidade de resposta licenciada para 45 e acordo para centro de dia e licenciamento para 50 utentes

O investimento proposto para as obras, equipamentos e veículos de transportes de idosos foi de 235.604,76€, tendo sido apenas considerado elegível em sede de gestão do PRODER – 80.532,17€, participado a 75% o que equivale ao montante de 60.391,62€, ficando a entidade responsável pelos restantes 25% mais o IVA.

Como houve uma redução significativa do investimento proposto e houve investimentos que não foram elegíveis, reformulou-se o projeto de forma a ser exequível de acordo com o despacho da ADRIMAG.

A Instituição recorreu ao Fundo de Socorro Social na tipologia de Equilíbrio Financeiro para fazer face a dividas a fornecedores.

O pedido foi aprovado em 14/11/2022, no valor de 14.971,37 euros o qual apenas teve provimento em 2023.

Atualmente a Associação está a prestar serviços de apoio domiciliário a cerca de 31 utentes, tendo o protocolo com a Segurança Social sido alargado para 15 utentes a partir de Setembro de 2022.

A instituição candidatou-se em Janeiro de 2021 ao programa PARES, para alargamento dos seus serviços, nomeadamente para o Centro de Dia. Esta candidatura foi indeferida por falta de provimento e inadequação das instalações.

Em 2022 foi atribuído um subsidio de 17.500,00 euros para a aquisição de uma viatura electrica, no âmbito do programa PRR. Contudo dada a indisponibilidade financeira da instituição, este investimento não se realizou, tendo sido devolvido o montante do subsidio em 2023.

O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2023.

É elaborado nos termos do sistema contabilístico para as entidades do setor não lucrativas(ESNL) e contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira da Associação, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição

financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Associação se defronta.

2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO.

2.1 A NÍVEL NACIONAL

Prevê-se um abrandamento do crescimento da economia, em 2024, para 1,2%, e uma recuperação do crescimento nos anos seguintes, para 2,2%, em 2025 e 2,0% em 2026. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024 e 2,0% em 2025–26. Face às projeções do Boletim Económico de outubro de 2023, destacam-se as revisões em baixa em 2024 do crescimento económico (0,3 pp) e da inflação (0,7 pp).

Os principais indicadores orçamentais deverão manter uma evolução favorável no horizonte de projeção

Estima-se que o excedente este ano possa atingir 1,1% do PIB, acima dos 0,8% previstos no Orçamento do Estado para 2024 — OE2024. Apesar deste efeito base positivo, o cenário macroeconómico menos favorável coloca o saldo previsto para 2024 em 0,1%, valor próximo dos 0,2% considerados no OE2024. Em 2023, a melhoria do saldo decorre do desaparecimento das medidas relacionadas com a pandemia e, em menor medida, do contributo positivo cíclico. Em 2024, a diminuição do excedente resulta do abrandamento da atividade económica e de uma política expansionista, destacando-se a natureza permanente das novas medidas adotadas. As despesas em juros aumentam o seu peso no PIB em 0,2 pp em 2023 e 0,1 pp em 2024. Quanto ao rácio da dívida pública, prevê-se que atinja um valor próximo de 100% do PIB no final de 2023, continuando a reduzir-se no remanescente do horizonte de projeção, num cenário de excedentes primários em torno de 2,5% do PIB e de manutenção do diferencial Negativo entre a taxa de juro implícita da dívida e o crescimento nominal do PIB.

A economia portuguesa deverá continuar a crescer acima da área do euro, 0,5 pp em média entre 2024 e 2026

Este diferencial é explicado por um maior crescimento da FBCF e das exportações, refletindo as oportunidades e condições favoráveis ao investimento no país e a evolução mais benigna das quotas de mercado. O contributo da produtividade aparente do trabalho para o crescimento

deverá ser superior em Portugal, refletindo, entre outros fatores, a tendência de redução do diferencial de escolaridade média da população face à área do euro.

Após atingir 2,6% no último trimestre de 2023, a inflação deverá apresentar valores temporariamente mais elevados ao longo de 2024, convergindo para 2% em 2025

Os valores mais elevados em 2024 resultam de efeitos temporários sobre os preços dos bens energéticos e alimentares. Nos energéticos, refletem o impacto do aumento esperado do preço da eletricidade no início do ano e os efeitos de base nos combustíveis, dado que não deverá ocorrer em 2024 uma queda tão significativa dos preços como a observada na primeira metade de 2023. Nos alimentares, a taxa de variação dos preços deverá também aumentar em janeiro com o fim do IVA zero. A inflação subjacente (i.e., excluindo energéticos e alimentares) deverá manter uma tendência descendente ao longo de 2024, refletindo os efeitos desfasados da redução de custos e do aperto da política monetária. Em 2025, a inflação total deverá apresentar valores consistentes com o objetivo de estabilidade de preços do BCE. O perfil para a inflação em Portugal é próximo do projetado pelo Eurosistema para a área do euro.

Os riscos em torno da projeção para a atividade são maioritariamente em baixa, sendo o balanço mais equilibrado para a inflação

O crescimento da atividade em Portugal poderá ser inferior ao projetado caso se materializem os riscos identificados de origem externa: (i) um agravamento das tensões geopolíticas, com impacto sobre os preços das matérias-primas e a confiança, (ii) uma recuperação mais lenta do comércio mundial, num quadro de riscos de fragmentação geoeconómica ou de abrandamento da economia chinesa, (iii) um impacto superior ao esperado do aperto das condições financeiras, (iv) uma maior persistência da inflação, traduzindo-se em taxas de juro elevadas por um período mais prolongado. Os riscos de origem interna estão associados a um cenário de incerteza na condução da política económica e a eventuais atrasos na execução dos fundos europeus. No caso da inflação, os riscos em alta associados a perturbações nos mercados energéticos são compensados pelos riscos em baixa para o crescimento económico com impacto negativo sobre os preços.

O consumo privado deverá crescer de forma moderada, num contexto de ganhos do rendimento disponível real e de aumento da taxa de poupança

O rendimento disponível real das famílias, após um aumento de 0,9% em 2023, deverá acelerar em 2024 para 3,2% e abrandar nos anos seguintes para 1,6%, um crescimento inferior ao do período anterior à pandemia (média de 2,6% em 2015–19). Esta evolução reflete aumentos do emprego e dos salários nominais, progressivamente menores, e o crescimento mais contido dos preços. As medidas do Orçamento do Estado para 2024, em particular a redução dos impostos sobre as famílias se o aumento das prestações sociais, têm também um contributo significativo para o aumento do rendimento disponível em 2024 e 2025. O impacto distributivo das medidas orçamentais e da subida das taxas de juro determina uma resposta contida do consumo agregado ao aumento do rendimento. Por um lado, estima-se que uma das medidas de maior impacto do Orçamento do Estado para 2024, as alterações ao IRS, beneficie de forma mais significativa as famílias de maior rendimento, que terão menor propensão a despendar esses ganhos. Por outro, o impacto negativo sobre o consumo resultante do aumento das prestações de empréstimos das famílias endividadas deverá sobrepor-se ao impacto positivo dos maiores rendimentos financeiros das famílias com poupança acumulada. O impacto das variações destas componentes do rendimento sobre o consumo depende da propensão a consumir, que tende a ser menor para aumentos do rendimento (efeito assimétrico, comparativamente a reduções) e, também, menor para as famílias de maior rendimento e sem restrições de liquidez.⁴ Deste modo, as famílias com poupanças acumuladas deverão aumentar relativamente pouco o consumo face aos maiores rendimentos das aplicações financeiras, enquanto as famílias endividadas deverão reduzir mais expressivamente as suas despesas em reação aos custos mais elevados dos empréstimos. Num contexto de incerteza, a taxa de poupança deverá aumentar em 2024 por motivos de precaução e manter-se acima dos valores pré-pandemia no restante horizonte, para o que contribui também o incentivo ao aforro gerado pela maior rentabilidade das aplicações financeiras.

O crescimento do investimento reduziu-se em 2023, mas deverá recuperar em 2024–26, sob o impulso da melhoria gradual do enquadramento macrofinanceiro e de maiores entradas de fundos da UE

A evolução recente terá sido condicionada pelas taxas de juro mais elevadas e pela estagnação da atividade interna e externa. A componente empresarial deverá beneficiar da recuperação da procura global e de necessidades crescentes de investimento para efetivar a transição digital e energética dos processos produtivos, num contexto de desvanecimento gradual dos efeitos da restritividade da política monetária. A expectativa de maior crescimento da FBCF empresarial e pública nos próximos anos é sustentada também pelas maiores entradas de fundos europeus. A fraqueza da FBCF em habitação deverá ser mais prolongada.

A deterioração da acessibilidade à habitação via crédito reduz a procura e cria expectativas de moderação dos preços de venda, o que penaliza a rendibilidade e o investimento em nova construção.

O crescimento das exportações em 2023–26 deverá ser mais contido do que nos anos anteriores, devido ao menor dinamismo da procura externa

As exportações de bens terão registado uma queda em 2023, acompanhando a fraqueza da procura dos principais parceiros comerciais. Nos anos seguintes, a procura externa recupera a um ritmo inferior ao do período pré-pandemia e sustenta taxas de crescimento mais elevadas das exportações de bens. A componente de serviços deverá registar taxas de variação mais moderadas em 2024–26, após o crescimento elevado em 2023, que refletiu ainda a recuperação pós-pandemia do turismo. Projetam-se ganhos adicionais de quota de mercado nas exportações em 2024–26, embora inferiores aos observados no passado recente. Os ganhos de quota nos últimos anos foram relativamente abrangentes, mas destaca-se o desempenho do turismo e de alguns setores de maior valor acrescentado. As importações crescem em linha com a procura global ponderada pelo conteúdo importado, tendo em conta os padrões médios do passado.

A capacidade de financiamento da economia deverá situar-se em 3,6% do PIB, em média, em 2023–26

A balança de bens e serviços volta a apresentar um excedente em 2023, após os défices em 2020–22 (-2,1% do PIB, em média), refletindo um efeito de volume positivo nos fluxos de turismo e uma recuperação dos termos de troca associada à redução dos preços das matérias-primas energéticas. Nos anos seguintes, o excedente mantém-se próximo ou acima dos valores pré-pandemia. A melhoria do saldo da balança corrente e de capital em 2023 reflete também a evolução da balança de capital. No horizonte de projeção, esta balança beneficia do aumento das transferências líquidas de fundos no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e do atual programa de fundos comunitários, de 1,7% do PIB em 2023 para 2,4% em 2026 (1% em 2015–19, em média). Estes desenvolvimentos deverão contribuir para a manutenção da trajetória de redução da posição devedora face ao exterior.

O mercado de trabalho continuará a apresentar uma situação favorável, apesar da quase estabilização do emprego, esperando-se um aumento dos salários reais

Em 2023, o emprego permaneceu resiliente, embora com indicações de abrandamento na segunda metade do ano. Nos inquéritos de conjuntura, os empresários reportaram uma redução das expectativas de criação de emprego, que foi, no entanto, contida face à deterioração das confianças setoriais, num contexto de maiores dificuldades de recrutamento. O desempenho do

emprego está associado ao maior dinamismo relativo da atividade nos serviços, mais intensivos em mão de obra.

O crescimento do número de trabalhadores neste setor permaneceu superior ao do total da economia (variações homólogas de 1,5% e 0,7%, respetivamente, nos três primeiros trimestres de 2023).

As projeções deste Boletim incorporam um aumento do emprego de 0,8% em 2023, com uma desaceleração para 0,1% em 2024 e 0,3% em 2025–26 (Quadro I.1.1). A oferta de trabalho deverá continuar a aumentar, sustentada num aumento da imigração e da taxa de atividade que compensam o efeito do envelhecimento da população. Projeta-se uma subida da taxa de desemprego, para um valor médio de 7,2% em 2024–26, que é próximo da estimativa de taxa de desemprego tendencial.

O salário nominal médio da economia deverá aumentar 7,5% em 2023, 4,4% em 2024 e 3,8% em 2025–26, num contexto de redução da inflação. As projeções incorporam o salário mínimo anunciado para 2024 e previsto no acordo de rendimentos para 2025 e 2026 (820, 855 e 900 euros, respetivamente, implicando taxas de variação de 7,9%, 4,3% e 5,3%). A evolução em termos reais das remunerações deverá manter-se alinhada com o crescimento projetado para a produtividade em 2024–26.

A economia portuguesa estagnou nos trimestres recentes e as perspetivas a curto prazo são incertas, predominando os riscos em baixa

A fraqueza da atividade reflete o impacto da subida das taxas de juro e o abrandamento da procura externa, a par da dissipação do impulso associado à retoma pós-pandémica do turismo e à recuperação do choque sobre os termos de troca. As perspetivas são condicionadas pela incerteza dos novos focos de tensões geopolíticas e da situação política nacional. No entanto, subsistem fatores de resiliência no mercado de trabalho, no estímulo dos fundos europeus e na competitividade de alguns sectores-chave. A redução da inflação contribui, juntamente com a dinâmica do emprego e salários, para suportar o rendimento real das famílias.

2.2 A Nível do Setor

O setor não lucrativo está a atravessar um período crítico, dada a onda de desconfianças que se gerou nestes últimos anos, tendo um efeito negativo ao nível de financiamento destas instituições, nomeadamente com os donativos dos benfeitores.

3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

3.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Composição dos rendimentos em 2023 e 2022, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2023	2022	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	61 765,24	65 697,74	(3 932,50)	(6,0%)
Subsídios à exploração	123 868,93	106 024,79	17 844,14	16,8%
Outros rendimentos	4 713,35	1 478,86	3 234,49	218,7%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	39,05	(39,05)	0,0%
Total da estrutura de rendimentos	190 347,52	173 240,44	17 107,08	9,9%

3.2 Estrutura de Gastos

Composição dos gastos em 2023 e 2022, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2023	2022	Variação	Variação (%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	32 850,43	29 457,22	3 393,21	11,5%
Fornecimentos e serviços externos	29 000,89	27 586,87	1 414,02	5,1%
Gastos com o pessoal	104 233,91	94 051,87	10 182,04	10,8%
Outros gastos	17 793,79	2 921,93	14 871,86	509,0%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 192,61	7 589,22	(1 396,61)	(18,4%)
Juros e gastos similares suportados	9,07	109,46	(100,39)	(91,7%)
Total da estrutura de gastos	190 080,70	161 716,57	28 364,13	17,5%

3.3 PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

Descrição	2023	2022	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	104 233,91	94 051,87	10 182,04
N.º médio de colaboradores	7	6	1
Gasto médio por colaborador	14 890,56	15 675,31	(784,75)

3.4 EBITDA e Resultado líquido do período

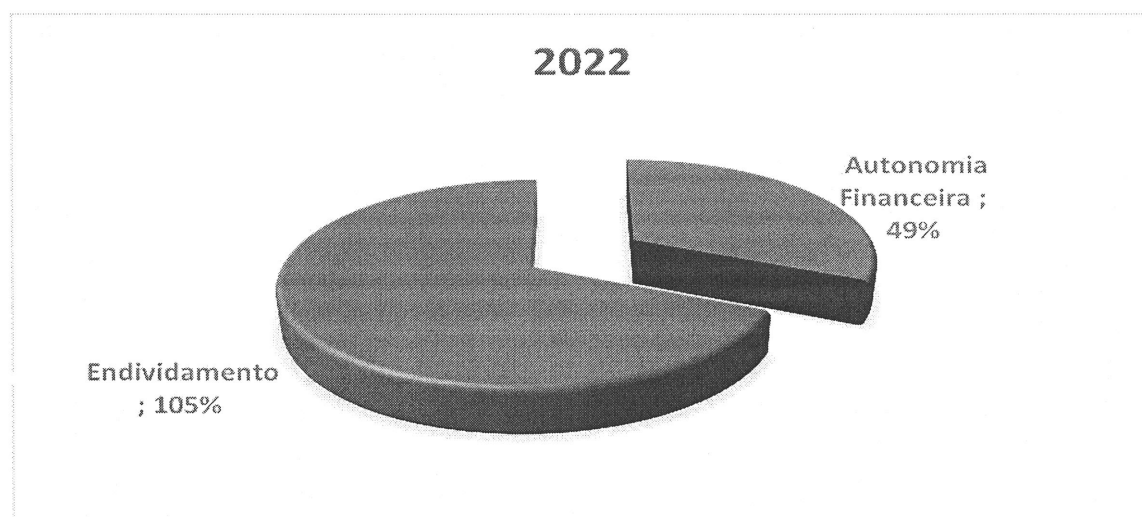
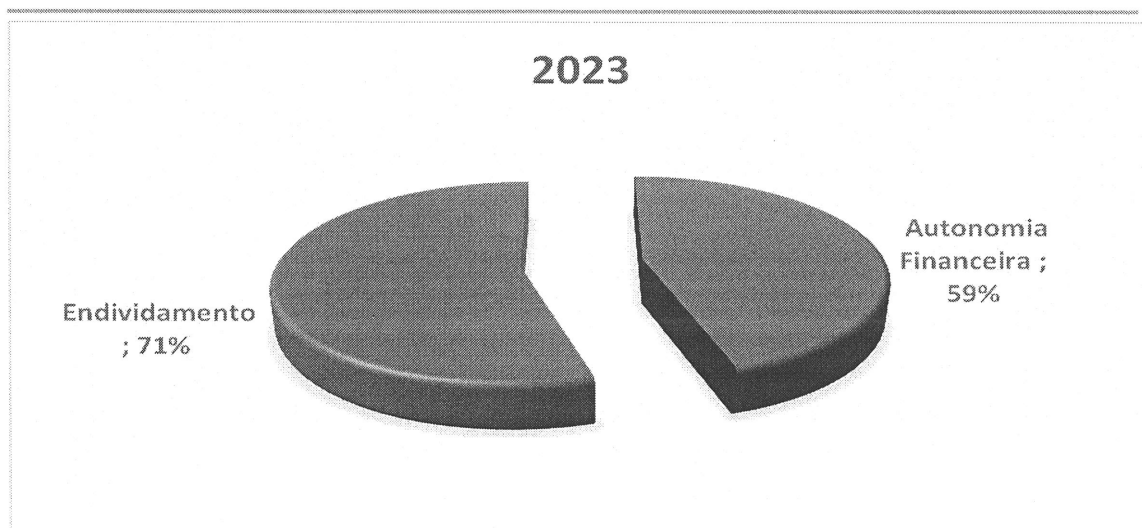
Do ponto de vista económico, o “EBITDA” e o “Resultado Líquido da Empresa”, no período de 2023 e 2022, foi o seguinte:

Descrição	2023	2022	Δ Absoluta	Δ relativa
EBITDA	6 468,50	19 183,50	(12 715,00)	-66,3%
EBITDA/ Volume de negócios	10,5%	29,2%	-18,7	-64,1%
Resultado líquido do período	266,82	11 523,87	(11 257,05)	-97,7%
Resultado líquido do período / Volume de negócios	0,4%	17,5%	-17,1	-97,5%

3.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

Descrição	2023	2022	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	59%	49%	10%
Endividamento	71%	105%	-34%



4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 Posição financeira

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Empresa através da análise dos seguintes itens de balanço:

ATIVO	31-12-2023	Peso %	31-DEZ-2022	Peso %	Variação 2022-2021
Ativo não corrente	57 344,86	67,8%	58 935,75	57,8%	(1 590,89)
Ativo corrente	27 243,37	32,2%	43 043,09	42,2%	(15 799,72)
Total Ativo	84 588,23	100,0%	101 978,84	100,0%	(17 390,61)
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio	49 530,95	58,6%	49 779,28	48,8%	(248,33)
Passivo não corrente	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Passivo corrente	35 057,28	41,4%	52 199,56	51,2%	(17 142,28)
Total Capital Próprio e Passivo	84 588,23	100,0%	101 978,84	100,0%	(17 390,61)

4.2 Indicadores de Gestão

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2023 e respetivos valores comparativos:

Indicadores de Gestão	2023	2022	Δ Absoluta	Δ em % face a 2022
Ativo Fixo Tangível (AFT)	55 595,26	57 108,20	(1 512,94)	(2,6 %)
Capital próprio	49 530,95	49 779,28	(248,33)	(0,5 %)
Capitais Permanentes	49 530,95	49 779,28	(248,33)	(0,5 %)
Equilíbrio dos capitais permanentes ((AFT+PI)/Cap.perm)	0,89	0,87	0,0	2,2 %
Margem de Lucro	46,8%	55,2%	8,3	(15,1 %)

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

- A variação ocorrida no “Capitais permanente” deve-se aos resultados positivos do exercício ;

4.3 Rácios financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2023 e 2022:

Outros rácios financeiros	2023	2022	Δ Absoluta	Δ em % face a 2022
Solvabilidade (CP/Passivo) em %	141,3 %	95,4 %	45,9	4 815,5 %
Liquidez corrente (Ativo corrente / Passivo corrente) em Euros	-7 813,91	-9 156,47	1 342,56	(14,7 %)

4.4 Análise Económica

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no período findo em 2023, comparativamente com o período de 2022:

Análise Económica	Fórmula simplificada	2023	2022	Δ Absoluta	Δ em % face a 2022
Rendibilidade Líquida das Vendas (%)	RL / Volume de negócios	0,4 %	17,5 %	17,1	(9 753,7 %)
Rendibilidade do Ativo (ROA) (%)	EBITDA / Ativo	7,6 %	18,8 %	11,2	(5 934,9 %)
Rendibilidade do Capital Próprio (return on equity) (%)	RL / C. Próprio	0,5 %	23,1 %	22,6	(9 767,3 %)
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	Fornecedores / CMVMC * 365	120	308	-188	(61,0 %)

Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indiciam que, a Associação, apresenta uma melhoria substancial dos indicadores económico-financeiros.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Associação no período económico findo em 31 de dezembro de 2023, alcançou o resultado líquido positivo de 266,82 Euros. Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Euros
Resultados transitados	16 972,26
DLRR	
Reserva legal	
Total	16 972,26

5 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ASSOCIAÇÃO

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo a Associação tenha alguns problemas de financiamento das suas atividades, pelo que o apoio da Segurança Social é fundamental para o desenvolvimento da sua atividade.

5.1 RISCO DE CRÉDITO

5.1.1 CRÉDITOS SOBRE UTENTES

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Utentes, relacionados com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança

efetiva dos recebimentos operacionais de Utentes em conformidade com as condições negociadas.

5.2 RISCOS DE MERCADO

5.2.1 RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a Empresa encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. Como regra geral a Empresa não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

5.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida; e,
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

6 COMPROMISSOS FINANCEIROS

A Associação não tem compromissos financeiros á data de 31/12/2023.

6.1 Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos

Após a data do balanço, não ocorreram acontecimentos que, tenham dado origem a ajustamentos.

Informar que foram eleitos no primeiro trimestre de 2024, os novos membros da Direção para o período 2024-2028.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

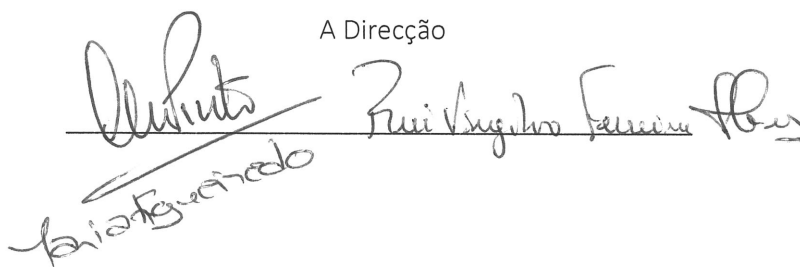
Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Associação

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o Balanço Individual, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas e o Anexo Individual.

Sul , 22 de Abril de 2024

A Direcção



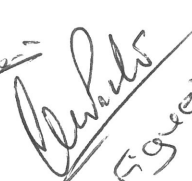
Two handwritten signatures are present, each written over a horizontal line. The signature on the left is more stylized and cursive, while the one on the right is more legible and appears to read 'Rui Augusto Ferreira'.

SULSOCIAL - ASSOCIAÇÃO
NIF: 509 775 934
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Valores em Cêntimos de Euros				
Descrição	2023	2022	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	61 765,24	65 697,74	(3 932,50)	(6,0%)
Subsídios à exploração	123 868,93	106 024,79	17 844,14	16,8%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(32 850,43)	(29 457,22)	(3 393,21)	11,5%
Fornecimentos e serviços externos	(29 000,89)	(27 586,87)	(1 414,02)	5,1%
Gastos com o pessoal	(104 233,91)	(94 051,87)	(10 182,04)	10,8%
Outros rendimentos	4 713,35	1 478,86	3 234,49	218,7%
Outros gastos	(17 793,79)	(2 921,93)	(14 871,86)	509,0%
EBITDA - Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	6 468,50	19 183,50	(12 715,00)	(66,3%)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(6 192,61)	(7 589,22)	1 396,61	(18,4%)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	275,89	11 594,28	(11 318,39)	97,6%
Juros e rendimentos similares obtidos		39,05	(39,05)	(100,0%)
Juros e gastos similares suportados	(9,07)	(109,46)	100,39	91,7%
EBT - Resultado antes de impostos	266,82	11 523,87	(11 257,05)	97,7%
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	266,82	11 523,87	(11 257,05)	97,7%

Direção:

Contabilista Certificado:



Carla Figueiredo



SULSOCIAL - ASSOCIAÇÃO

NIF: 509 775 934

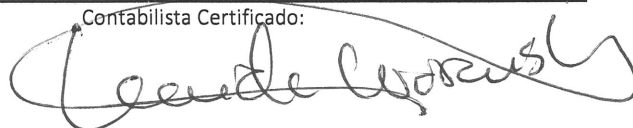
BALANÇO INDIVIDUAL

Valores em Cêntimos de Euros

Descrição	31-dez-2023	31-DEZ-2022	Variação	Variação (%)
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	55 595,26	57 108,20	(1 512,94)	(2,6%)
Ativos intangíveis		225,54	(225,54)	(100,0%)
Outros investimentos financeiros	1 749,60	1 602,01	147,59	9,2%
	57 344,86	58 935,75	(1 590,89)	(2,7%)
ATIVO CORRENTE				
Inventários	962,50	761,75	200,75	26,4%
Clientes	4 009,99	3 609,90	400,09	11,1%
Estado e Outros Entes Públicos				
Diferimentos	993,54	932,17	61,37	6,6%
Ativos financeiros detidos para negociação				
Outros ativos financeiros	1 374,63		1 374,63	
Caixa e depósitos bancários	19 902,71	37 739,27	(17 836,56)	(47,3%)
	27 243,37	43 043,09	(15 799,72)	(36,7%)
TOTAL DO ATIVO	84 588,23	101 978,84	(17 390,61)	(17,1%)
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL				
Resultados transitados	16 705,44	5 181,57	11 523,87	222,4%
Outras variações no capital próprio	32 558,69	33 073,84	(515,15)	(1,6%)
	49 264,13	38 255,41	11 008,72	2,21
Resultado Líquido do Período	266,82	11 523,87	-11 257,05	(97,7%)
Total do Capital Próprio	49 530,95	49 779,28	-248,33	(0,5%)
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Financiamentos obtidos				
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	10 811,42	24 886,00	(14 074,58)	(56,6%)
Estado e outros entes públicos	3 096,77	2 794,05	302,72	10,8%
Financiamentos obtidos		610,36	(610,36)	(100,0%)
Outros passivos financeiros	21 149,09	23 909,15	-2 760,06	(11,5%)
	35 057,28	52 199,56	-17 142,28	-1,57
Total do Passivo	35 057,28	52 199,56	-17 142,28	(32,8%)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	84 588,23	101 978,84	-17 390,61	(17,1%)

Direção:

Contabilista Certificado:

SULSOCIAL

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2023

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	8
5	Custos de Financiamentos Obtidos	9
6	Inventários	9
7	Rédito	10
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
9	Benefícios dos empregados	10
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
11	Outras Informações.....	11
11.1	Créditos a receber	11
11.2	Outros ativos correntes.....	12
11.3	Diferimentos	12
11.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	12
11.5	Fundos Patrimoniais.....	12
11.6	Fornecedores	13
11.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	13
11.8	Outros passivos correntes.....	13
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração.....	13
11.10	Fornecimentos e serviços externos.....	14
11.11	Outros rendimentos	14
11.12	Outros gastos	14
11.13	Resultados Financeiros.....	15
11.14	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15
11.15	Investimentos Financeiros	15
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	15
11.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

A SULSOCIAL é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados pela Direcção Geral da Segurança Social, averbamento nº 1, à inscrição nº 20/12, a fls. 166 verso do livro nº 13 das Associações de Solidariedade Social em 26/06/2017, com sede na Rua Principal nº 15 Sul – S. Pedro do Sul.

Tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção social da freguesia de Sul, no concelho do S. Pedro do Sul, bem como em toda a medida do seu poder, para toda a população necessitada de qualquer outra freguesia da zona a que possa valer, nomeadamente, na valência de apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	7 anos
Equipamento administrativo	8 anos
Equipamento Informático	5 anos

3.2.2 Investimentos Financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “Créditos a receber” e os “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Os “Financiamentos obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo como seguinte quadro:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (AFT)												
Quantia Escriturada e Movimentos do Período em Activos Fixos Tangíveis												
DESCRICÇÃO			Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamento biológico	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento por conta de AFT	Total
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
1	Quantia Bruta Escriturada Inicial	A5617	0,00	74 300,34	49 255,25	21 150,01	4 354,31	0,00	0,00	0,00	0,00	149 059,91
2	Depreciação acumulada s iniciais	A5618	0,00	24 451,22	41 996,20	18 785,00	4 354,29	0,00	0,00			89 586,71
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	A5619	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
4	Quantia líquida estruturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	A5620	0,00	49 849,12	7 259,05	2 365,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	59 473,20
5	Movimentos do período (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	A5621	0,00	-3 078,56	1 565,62	-2 365,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 877,94
Adições	Total das adições	A5622	0,00	0,00	4 454,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 454,13
	Aquisições em 1.ª mão	A5623	0,00	0,00	4 454,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 454,13
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais	A5624										0,00
	Outras aquisições	A5625										0,00
	Eliminativa de curso de desmantelamento e remoção	A5626										0,00
	Trabalho para a própria entidade	A5627										0,00
	Acréscimos por revalorização	A5628										0,00
	Outras	A5630										0,00
5.2	Total das diminuições	A5630	0,00	3 078,56	2 888,51	2 365,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 332,07
Diminuições	Depreciação	A5631	0,00	3 078,56	2 888,51	0,00	0,00	0,00	0,00			5 967,07
	Perdas por imparidade	A5632										0,00
	Alienações	A5633	0,00	0,00	0,00	2 365,00	0,00	0,00	0,00			2 365,00
	Abate	A5634										0,00
	Outras	A5635								0,00		0,00
5.3	Reversões de perdas por imparidade	A5636										0,00
5.4	Transferências de AFT em curso	A5637										0,00
5.5	Transferências de/para activos não corrente devido para a venda	A5638										0,00
5.6	Outras transferências	A5639										0,00
6	Quantia líquida estruturada final (6 = 4 + 5)	A5640	0,00	46 770,56	8 824,67	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	55 595,26
7	Quantia de garantia de passivo e/ou titularidade restringida	A5641										0,00

40

9

2

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023, os inventários.

0519-A	IVENTÁRIOS					N,S,M
05191-a	APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONS					
DESCRICÃO				Mercadorias	Materias primas, substancias de	Total
				(1)	(2)	(2)
1	Inventários iniciais	A5876	0,00	761,75	761,75	
2	Compras	A5877	0,00	33 051,18	33 051,18	
3	Raclassificcção e regularizacao de iv	A5878	0,00	0,00	0,00	
4	Inventários finais	A5879	0,00	962,50	962,50	
5	Custo das mercadorias vendidas e d	A5880	0,00	32 850,43	32 850,43	
	(5=1+2+3-4)					

7 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição			Actividades Económicas			
			Actividades CAE	Actividades C	Actividades C	Total
			88101	0	0	(4)
1	Vendas (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	A6041	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1	Mercadorias	A6042	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2	Produtos acabados e intermédias, subprodutos,	A6043	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3	Activos biológicos	A6044	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Prestações de serviços	A6045	61 765,24	0,00	0,00	61 765,24
3	Compras	A6046	33 051,18	0,00	0,00	33 051,18
4	Fornecimentos e serviços externos	A6047	29 000,89	0,00	0,00	29 000,89
5	Custo das mercadorias vendidadas e das matérias consumidas (5 = 5.1	A6048	32 850,43	0,00	0,00	32 850,43



19 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2023				2022		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			82.097,83			60.685,85
IEFP	Não Reembolsável			4.914,05			10491,05
Outras entidades	Não Reembolsável			150,00			1.122,84
Doações e Heranças	Não Reembolsável			36.707,05			33.725,05
Total		0,00	0,00	123.868,93	0,00	0,00	106.024,79

20 Benefícios dos empregados

São 4 os elementos que compõem os órgãos sociais.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2023 foi de 7.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	82.679,82	76.430,75
Indemnizações	151,99	104,34
Encargos sobre as Remunerações	20.381,24	16.054,44
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.020,86	1.166,64
Outros Gastos com o Pessoal		295,70
Total	104.233,91	94.051,87

21 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

22 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	4.009,99	3.609,90
Total	4.099,99	3.609,90

11.2 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022,

a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Fornecedores		
Adiantamentos a fornecedores		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber		
Entidades do Sector Publico Administrativo		
IGFSS		
Outros devedores e credores		
Cartão Pingo Doce	1.374,63	
Total	1.374,63	0

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Seguros	993,54	932,17
Outros - Rendas		
Total	993,54	932,17
Rendimentos a Reconhecer		
Total	993,54	932,17

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	2.020,77	6.709,03
Depósitos à Ordem	17.881,94	31.030,24
Depósitos a Prazo		
Total	19.902,71	37.739,27

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	5.181,57	11.523,87		16.705,44
Total	5.181,57			16.705,44

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores		
Fornecedores c/c	10.811,42	24.886,00
Total	10.811,42	24.886,00

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2022
Activo		
IVA - A Recuperar		
Total		
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	109,00	57,00
Segurança Social	2.987,77	2.686,75
FCT e FGCT	0	50,30
Total	3.096,77	2.794,05

11.8 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Pessoal	5.515,91	5.580,93
Outras operações - penhoras		
Outras contas a pagar	15.633,18	12.949,20
Remunerações a Liquidar	14.493,85	12.949,20
Outras despesas diferidas	1.098,00	
Outros credores	41,33	5.379,02
Outros	41,33	5.379,02
Total	21.149,09	23.909,15

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios das entidades públicas	87.161,88	71.683,74
Doações e heranças	36.707,05	34.341,05
Total	123.868,93	106.024,79

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos		
Serviços especializados	6.371,04	8.816,26
Materiais	1.411,91	429,88
Energia e fluídos	16.789,92	14.879,89
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos	4.428,02	3.460,84
Encargos com Utentes		
Total	29.000,89	27.586,87

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos suplementares	2.357,36	
Descontos de pronto pagamento obtidos	264,00	386,94
Outros Rendimentos	2.091,99	1.091,92
Juros obtidos		
Total	4.713,35	1.478,86

11.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Dívidas incobráveis		
Outros	17.592,05	2.921,93
Apoios concedidos a associados e utentes		
Total	17.592,05	2.921,93

11.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	9,07	109,46
Total	9,07	109,46
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0	39,05
Total	0	39,05
Resultados Financeiros	-9,07	-70,41

11.14 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Activo		
Quotas	2.090,00	1.241,00
Total	2.090,00	1.241,00

11.15 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Outros investimentos Financeiros		
FCT	1.749,60	1.602,01
Total	1.749,60	1.602,01

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2023, foi o seguinte:

- Apoio Domiciliário : 31 utentes

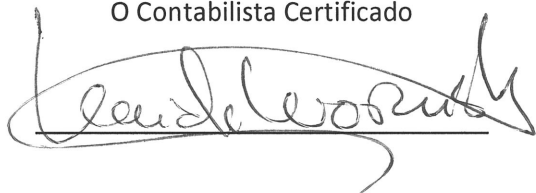
11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

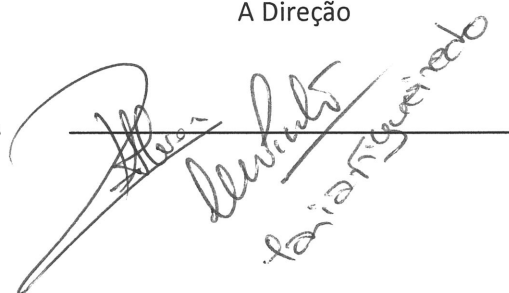
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Sul, 22 de Abril de 2024

O Contabilista Certificado



A Direção


Luisa Figueiredo